

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Shell vai às compras.....	2
Título: A hora da BR.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	2
Título: A dura missão de recuperar a Eletrobrás	2
Título: Dinheiro de venda de ativos será usado para reduzir dívida.....	4

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Shell vai às compras**

A Shell segue apostando no Brasil. Está na reta final o acordo para comprar duas usinas térmicas no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, do grupo gaúcho Bolognesi.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Página 2 / Colunas****Autor: Lauro Jardim****Título: A hora da BR**

Além do acordo que fechou na semana passada, em que entrega provas de propinas na Petrobras e Eletronuclear, a UTC acertou com o Cade contar tudo sobre a BR Distribuidora. Neste caso, a empreiteira não pagará multa e nem sofrerá sanções penais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Renée Pereira****Título: A dura missão de recuperar a Eletrobrás**

Acostumado à agilidade da iniciativa privada, Ferreira Júnior lida com a burocracia para implementar plano de reestruturação da estatal.

A ideia era cumprir os últimos dias na presidência da CPFL Energia e seguir carreira de conselheiro de empresas. Mas uma proposta desafiadora mudou os planos do então presidente da empresa paulista, Wilson Ferreira Júnior. Pouco antes de completar o processo de sucessão na companhia, ele foi convidado para comandar a estatal Eletrobrás, uma das maiores empresas de energia elétrica da América Latina e que estava praticamente quebrada.

Com experiência de mais de 18 anos à frente da CPFL, a primeira reação foi olhar o balanço da estatal. Os números eram péssimos e o cenário, caótico. Envolvida na Lava Jato, a empresa, com uma dívida gigantesca, estava com as ações suspensas na Bolsa de Nova York. Mas, mesmo com esse amontoado de problemas, o executivo resolveu enfrentar o desafio. Menos de um mês depois, ele já ocupava a ampla sala do 13.º andar do edifício Herm Stoltz, no centro do Rio, com a missão de colocar a casa em ordem.

Ali, de frente para a igreja da Candelária, se deparou com a real situação da empresa – aquela que não aparece nos números do balanço, como o excesso de burocracia, a exagerada ineficiência e a estrutura inchada. “Era difícil saber por onde começar”, lembra Ferreira Júnior, que completa, nesta semana, seis meses à frente da estatal. Nesse período, as ações da empresa voltaram a ser negociadas na bolsa americana e o valor de mercado da estatal começou a reagir.

Quando foi anunciado presidente da holding, a Eletrobrás valia cerca de R\$ 12 bilhões. Hoje esse valor está na casa de R\$ 30 bilhões – uma valorização de 150%, mas ainda distante dos R\$ 44 bilhões de 2010. Apesar da trégua do mercado financeiro com a empresa, os indicadores ainda são muito ruins – resultado de décadas de desmandos políticos. O grau de alavancagem, medido pela relação entre dívida líquida e Ebtida (geração de caixa), é de 8,9 vezes e a dívida, de R\$ 45 bilhões. “Na CPFL, esses indicadores eram de 3 vezes e R\$ 15 bilhões (respectivamente).

A CPFL tinha os maiores índices de produtividade. A Eletrobrás, um dos menores”, compara o executivo, que nos últimos meses tem trabalhado em ritmo chinês. Começa às 8h, almoça no prédio da estatal e sai às 21h. Isso quando não está viajando entre as sedes das subsidiárias da Eletrobrás, como Pernambuco e Rio Grande do Sul. A carga horária insana se justifica. A situação exige celeridade – e medidas impopulares. Cercado por especialistas renomados no setor, ele costurou amplo plano de reestruturação que tem incomodado muita gente, em especial nas controladas.

Até hoje, as subsidiárias (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletronuclear) tinham vida independente e pouco reportavam à holding. Cortes. Com a reestruturação, as empresas do grupo terão de seguir um rito de corte de custos e enxugamento da estrutura ditados pela controladora. Para começar, haverá a redução das chamadas funções gratificadas – funcionários que são designados em caráter transitório para desempenhar atividades de assessoria e de gerência. Por causa disso, recebem uma gratificação que pode variar entre R\$ 5 mil e R\$ 10 mil por mês.

Depois de um período, essa gratificação começa a ser incorporada ao salário. Só na holding havia 228 posições gratificadas na área de gerência. De novembro pra cá, esse número foi reduzido para 99. “Tínhamos quatro níveis hierárquicos. Decidimos ficar com três”. No grupo todo, são 2.220 pessoas que agora estão sob a mira do executivo. Ainda neste primeiro trimestre, 30% dessas funções devem ser cortadas. Junto a isso, haverá um Programa de Demissão Voluntária (PDV), que pode resultar no corte de 2,4 mil pessoas, e um plano de aposentadoria incentivada.

Pelos estudos feitos até agora, cerca de 35% do pessoal da estatal teria idade para se aposentar. No total, espera-se reduzir de 23 mil para 12 mil o número de funcionários – isso inclui a privatização das distribuidoras da empresa, que têm 6 mil funcionários. Se conseguir implementar o plano, em 2018 a empresa teria uma economia de R\$ 1,7 bilhão. A reestruturação também alcançou os desperdícios das subsidiárias na capital federal. Eletronuclear, Eletrosul, Furnas, Chesf e Eletronorte tinham escritórios em locais diferentes.

“Reunimos todas num único prédio e vamos pagar um terço do que gastávamos”, diz Ferreira Júnior. Segundo fontes em Brasília, as medidas têm provocado uma enorme choradeira pelos corredores do Congresso Nacional e do Planalto. Por ora, as medidas têm o aval do presidente da República, afirmam fontes do governo. “Hoje, somos o maior grupo de energia elétrica da América Latina. Agora, temos de ser o melhor”, afirma Ferreira Júnior.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: R.P.

Título: Dinheiro de venda de ativos será usado para reduzir dívida

Desde que chegou ao comando da Eletrobrás, em 26 de julho do ano passado, uma das principais metas de Wilson Ferreira Júnior é reduzir o endividamento e a alavancagem da empresa, de 8,9 vezes para 4 vezes a relação dívida líquida/Ebtida. Para alcançar esse número, uma série de ativos está à venda no mercado. A prioridade é se desfazer das distribuidoras, cuja privatização deverá ocorrer no segundo semestre deste ano.

Embora não espere arrecadar muito dinheiro com as vendas, a empresa teria uma folga de R\$ 2 bilhões no balanço. Esse é o prejuízo que as concessionárias dão à holding todo ano. As participações minoritárias que a Eletrobrás tem em vários projetos Brasil afora também poderão ser vendidos, afirma Ferreira Júnior. Segundo ele, as controladas da Eletrobrás têm participação minoritária em 178 Sociedades de Propósito Específico (SPEs), sendo 41 na área de transmissão e o restante em geração.

E parte delas também será alvo de venda. “A recomendação é que, em projetos que têm tag along (mecanismo de proteção ao minoritário), se o controlador de um projeto vender a participação, as subsidiárias também poderão se desfazer da participação”, diz o presidente da Eletrobrás. No caso dos parques eólicos, cujo volume de energia é menor, a estatal deverá reunir todos os projetos e fazer uma venda conjunta.

“A ideia seria as subsidiárias entregarem esses projetos para abater dívida com a holding e a gente fazer a venda”, diz o executivo. Os ativos imobiliários do grupo também estão na lista de venda. A Eletrobrás, por exemplo, tem um terreno que vale algo em torno de R\$ 100 milhões, comprado no passado para fazer uma nova sede da holding. “Mas, nos dias atuais, isso não faz mais sentido. É muito mais vantajoso alugar um imóvel.” Só no Rio, os ativos imobiliários poderiam render mais de R\$ 200 milhões ao grupo.

“Temos de nos focar em ser uma holding de geração e transmissão de energia.” O dinheiro das vendas será usado para abater dívida, especialmente os R\$ 6 bilhões que a Eletrobrás pegou nos últimos anos a taxas exorbitantes, entre 18% e 19% ao ano. É o que vai acontecer com o R\$ 1,2 bilhão que a empresa receberá em fevereiro, referente à privatização da Celg, distribuidora de Goiás.

Indenização. Para fazer frente aos investimentos, a empresa contará a partir de julho com os recursos da indenização pela renovação das concessões. São cerca R\$ 17 bilhões que serão pagos durante oito anos. “A tarefa não é fácil. Temos de reduzir custo ao mesmo tempo que reduzimos dívida e fazemos os investimentos”.

MME / ASCOM